

Secretário de Estado da Administração Pública agendou reunião para 8 de Junho:

Porque os direitos não estão de quarentena exigimos o reinício das negociações que garantam o reforço dos serviços públicos e dos direitos dos trabalhadores

Durante o estado de emergência foram tomadas várias medidas que afectaram os trabalhadores da Administração Pública: nas suas remunerações mensais, nas suas vidas, no seu dia a dia, nos seus locais de trabalho.

Perante um cenário constante de incerteza, o governo tomou decisões com profundo impacto nos trabalhadores, de costas voltadas para estes e para os seus sindicatos.

Impôs medidas de organização dos tempos de trabalho, impôs cortes nas remunerações mensais, nomeadamente, por acompanhamentos de filhos até 12 anos, impôs cortes em subsídios de refeição a trabalhadores que fazem turnos de 12 horas e mais, entre outras. Casos houve até, em que não foram (nem estão a ser) tomadas as medidas necessárias para garantir o cumprimento da saúde e segurança no trabalho, a protecção individual e colectiva dos trabalhadores, a segurança dos utentes dos serviços públicos.

Ignorando todos os pedidos de reunião que lhe foram dirigidos pela Frente Comum, bem como as inúmeras denúncias dos problemas vividos pelos trabalhadores nos serviços públicos, o governo pretende simplesmente seguir a “agenda normal” das negociações, isto é,

impor a sua agenda política, desvalorizando a participação dos trabalhadores e das suas organizações.

A Frente Comum exige que sejam discutidos, ponto a ponto, todos os problemas sentidos nos vários sectores da Administração Pública.

A evidência dos tempos que vivemos demonstra a crucial importância dos serviços públicos e dos seus trabalhadores!

Exigimos que esta evidência se traduza no reforço do investimento público nas funções sociais do Estado e nos direitos dos trabalhadores.

Exortamos os trabalhadores a que, neste momento em que se evidencia, como sempre dissemos, que o país não sobrevive sem serviços públicos de qualidade, se organizem, sindicalizando-se nos Sindicatos da Frente Comum e participando activamente na construção de soluções que reforcem os seus direitos.

Exigimos também o investimento público e a dotação dos serviços dos meios necessários para que funcionem com qualidade, contribuindo assim para esbater desigualdades, pondo fim aos retrocessos a que temos assistido, resultantes ou não do surto pandémico.

MANTÉM-TE INFORMADO E MOBILIZADO!

